

Publicidade Legal

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90835/2024

PROTOCOLO: 21.913.748-6

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 5º Comando Regional de Polícia Militar nos municípios de Foz do Iguaçu e Medianeira.

INTERESSADO: 5º Comando Regional de Polícia Militar - PMPR
Abertura: 30/09/2024 às 08h30min

O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº PREG-e 90835/2024) e <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG 453079.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE-PR
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho, para elaboração de programa de gerenciamento de riscos – PGR, laudo técnico de condições ambientais de trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade, Laudo Técnico de Periculosidade, perfil profissiógráfico previdenciário – PPP e geração de eventos e envio de dados para o eSocial.

Local da sessão: www.gov.br/compras/ UASG: 929443 / PE 90006/2024.
Acolhimento das propostas: Início: 17/10/2024; Fim: Horário de abertura da sessão.
Abertura da sessão pública: 02/10/2024, às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF).
Acesso ao edital: www.defensoriapublica.pr.def.br e www.gov.br/pncp/

Tânia Rêgo/ABr



Em 12 meses, o crescimento acumulado é de 2,7%

Economia recua 0,1% na passagem de junho para julho, diz a FGV

A economia brasileira recuou 0,1% na passagem de junho para julho, mas acumula alta de 3,4% no trimestre móvel encerrado em julho ante o mesmo período de 2023.

Os números são do Monitor do Produto Interno Bruto (PIB – mede a atividade econômica do país), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado nesta segunda-feira (16), no Rio de Janeiro. O estudo se propõe a ser uma espécie de previsão do PIB.

O levantamento registra,

ainda, que o PIB cresceu 5,4% em julho de 2024 na comparação com o mesmo mês de 2023. Em 12 meses, a expansão calculada ficou em 2,7%.

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, avalia que o recuo de 0,1% de junho para julho quebra uma sequência de oito meses seguidos de alta. “Embora seja uma queda, pontua-se que seja de pequena magnitude e registrada após o forte crescimento em junho (1,6%); o maior do ano até o momento”, afirma a economista. ■

Rio prepara plano de contingência para enfrentar crise hídrica

Após reunião com diversos órgãos, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, informou que o governo prepara um plano de contingência para a crise hídrica provocada pela seca dos rios. Segundo ele, dois milhões de pessoas residentes de municípios como Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, entre outros, já estão sofrendo com a redução do abastecimento.

“Então é algo que antes que se agrave, nós já estamos trabalhando e essa conversa foi fundamental para encontrar soluções como o envio de carro-pipa, ações de contingência e publicidade para que a gente possa diminuir os efeitos dessa crise hídrica porque ela é do Brasil não é só do Rio de Janeiro”, disse o governador na manhã desta segunda-feira (16). ■

Operação inicia em 17 estados no combate ao desmatamento

Fiscalização é direcionada para as áreas de Mata Atlântica

Rafa Neddermeyer/ABr

Realizada anualmente, a maior ação de combate ao desmatamento na Mata Atlântica teve início nesta segunda-feira (16) em 17 estados. Chamada de Operação Mata Atlântica em Pé, a iniciativa é coordenada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa).

A operação ocorre simultaneamente em todos os estados em que o bioma está presente: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Resultado de uma ação conjunta entre os ministérios



Edição anterior identificou quase 18 mil hectares desflorestados

públicos estaduais e os órgãos ambientais relacionados, a ação tem quatro fases. Na primeira, são levantadas as áreas desmatadas com base em informações da

Fundação SOS Mata Atlântica e do Mapbiomas Alerta. Em seguida, os proprietários são identificados pelos ministérios públicos, e as áreas são fiscalizadas pelos órgãos

públicos e pelas polícias ambientais. Se detectado o desmatamento, os responsáveis são autuados e podem responder judicialmente nas esferas cível e criminal. ■

Hospitais universitários comemoram “fôlego orçamentário”

A Câmara dos Deputados aprovou este mês o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 72/2024, que classifica como ações e serviços públicos de saúde as transferências de recursos para despesas de hospitais universitários federais em custeio e investimento. Na prática, esses recursos passam a ser incluídos no cálculo do gasto mínimo constitucional em saúde. Aprovada pelo Senado no início de julho, a matéria agora segue para sanção presidencial.

O texto determina que



Wilson Dias/ABr

Projeto aprovado na Câmara beneficia essas unidades

recursos para custeio e investimento em hospitais universitários federais — inclusive os destinados por emendas parlamentares — poderão ser repassados por meio de descentralização de créditos orçamentários do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para as próprias instituições ou para a entidade pública responsável pela administração desses hospitais, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que é vinculada ao Ministério da Educação. ■

TRF julga hoje recursos de acusados de matar Bruno e Dom

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, marcou para hoje o julgamento dos recursos de três réus acusados pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, em 2022.

Os desembargadores da Quarta Turma do TRF vão analisar os recursos de Amarildo da Costa de Oliveira, Jefferson

da Silva Lima e Oseney da Costa de Oliveira contra a decisão de pronúncia, de outubro de 2023, que determinou que os acusados devem ser julgados pelo Tribunal do Júri. Eles estão presos e respondem pelos crimes de homicídio e ocultação de cadáver.

Bruno e Dom foram mortos no dia 5 de junho de 2022, vítimas de uma emboscada, enquanto viajavam de barco pela região do Vale do Javari. ■



Reprodução/Redes Sociais

Os dois foram assassinados em junho de 2022